



EDP - Energias do Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 03.983.431/0001-03 - NIRE 35.300.179.731

Ata da 50ª Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária Realizada em 08 de Abril de 2024

**1. Data, Hora e Local:** Realizada às 16:00 horas do dia 08 (oito) do mês de abril de 2024, de forma exclusivamente digital, e sendo considerada como realizada na sede social da EDP - Energias do Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Wener von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo, CEP 05069-900. **2. Convocação e presença:** Presentes os acionistas representando a totalidade do Capital Social da Companhia, EDP INTERNATIONAL INVESTMENTS AND SERVICES S.L. e EDP IS - INVESTIMENTOS E SERVIÇOS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA., em razão do que fica dispensada a a publicação do edital de convocação desta Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária ("Assembleia Geral"), nos termos parágrafo 4º, do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Miguel Stilwell de Andrade, que convidou o Sr. Fábio William Loreti para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** O Sr. Secretário da Mesa informou a todos que a presente Assembleia Geral tem por finalidade deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** aprovar a proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir as alterações do Estatuto Social da Companhia; Em Assembleia Geral Ordinária: **(iii)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(iv)** aprovar a destinação do lucro líquido, a distribuição de dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o orçamento de capital da Companhia, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.; **(v)** definir o número de membros do Conselho de Administração e deliberar sobre sua eleição; **(vi)** fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para 2024; **(vii)** consignar a alteração do jornal de publicações legais da Companhia; e **(viii)** autorizar os administradores para praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral, os acionistas autorizaram a lavratura da Ata desta Assembleia Geral na forma de sumário e, dando prosseguimento aos trabalhos, resolveram tomar as seguintes deliberações: Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **5.1.** Aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir a adequação do Estatuto Social face a saída da Companhia do segmento especial de listagem Novo Mercado da B3, bem como a conversão de registro da Companhia na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") de emissora de valores mobiliários de categoria "A" para categoria "B", o qual passa a vigorar na forma do "Anexo I" à presente ata da Assembleia Geral. **5.2.** Consignaram que não houve pedido de instalação do Conselho Fiscal para o exercício social 2024/2025 da Companhia. Ato contínuo, os acionistas externaram um agradecimento às contribuições dos membros do Conselho Fiscal da Companhia pelos trabalhos desenvolvidos no exercício 2023/2024. Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **5.3.** Aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, as Contas dos Administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PwC Auditores Independentes"), acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os quais foram colocados à disposição dos acionistas para consulta na sede social da Companhia, e ainda publicados, em conformidade com os prazos e demais disposições aplicáveis da Lei das S.A. na versão impressa e digital do jornal "Diário de Notícias", na edição do dia 12 de março de 2024. **5.4.** Aprovaram, por unanimidade e sem qualquer ressalva, o Orçamento de Capital da Companhia para o exercício social de 2024, no valor total de R\$ 2.900.394.565,10, nos termos do artigo 196 a Lei das S.A.; bem como a destinação do lucro líquido no valor de R\$ 1.172.584.604,62, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, da seguinte forma: (a) Constituição de Reserva Legal equivalente a 5% do lucro líquido ajustado do exercício, nos termos do Artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas e alterações posteriores, no valor de R\$58.629.230,23; (b) Ratificação da distribuição de Dividendos no valor total de R\$ 681.000.000,00, sendo: (b.i) o valor de R\$ 278.488.843,60 como dividendo mínimo obrigatório, equivalente a R\$ 0,510894851 para cada ação ordinária (valor na base acionária de 31 de dezembro de 2023); e (b.ii) o valor de R\$402.511.156,40 como dividendos adicionais, equivalente a R\$ 0,510894851 para cada ação ordinária (valor na base acionária de 31 de dezembro de 2023); (c) Saldo remanescente no valor de R\$ 432.955.374,39 à rubrica Reserva de Retenção de Lucros, com a finalidade de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado acima. **5.4.1.** Consignaram que o valor total dos Dividendos no montante de R\$ 681.000.000,00 foram pagos aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, na data de 27 de março de 2024, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião ocorrida no dia 20 de março 2024. **5.5.** Aprovaram, por unanimidade, a definição do número de 03 (três) membros como sendo o número total de Conselheiros efetivos para compor o Conselho de Administração da Companhia, e aprovaram a eleição dos seguintes membros para um novo mandato de 01 (um) ano a contar da presente data, ou seja, de **08 de abril de 2024 até 08 abril de 2025**, ou até a realização da Assembleia Geral que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, o que ocorrer primeiro: (i) Sr. **Miguel Stilwell de Andrade**, português, engenheiro, portador do passaporte nº CB730607, residente e domiciliado na cidade de Lisboa, em Portugal, com endereço comercial na Avenida 24 de Julho, nº 12, 1249-300, Lisboa - Portugal, para o cargo de **Presidente do Conselho de Administração**; (ii) Sr. **Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira**, português, engenheiro, portador do passaporte nº CB890423, residente e domiciliado na cidade de Lisboa, em Portugal, com endereço comercial na Avenida 24 de Julho, nº 12, 1249-300, Lisboa - Portugal, para o cargo de **Vice-Presidente do Conselho de Administração**; (iii) Sr. **João Manuel Veríssimo Marques da Cruz**, português, casado, economista, portado do RNM nº F791054-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 716.864.931-00, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Mezanino, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, para o cargo de **Conselheiro de Administração**. **5.5.1** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos, neste ato e/ou por declaração própria, tomaram ciência de suas eleições e as aceitaram, declarando não estarem incursos em nenhum crime que os impeça de exercer a atividade mercantil, conforme termo de posse que fica arquivado na Companhia. **5.6.** Aprovaram, por unanimidade, a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia, para o período de abril de 2024 a março de 2025, inclusive, no valor total de até R\$5.350.000,00, a título de remuneração dos membros da Diretoria da Companhia, cuja distribuição individual será deliberada pelo Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social da Companhia. **5.6.1** Os Srs. Miguel Stilwell de Andrade; Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira; e João Manuel Veríssimo Marques da Cruz, por instrumento próprio, renunciaram expressamente a remuneração estabelecida para o exercício de seus cargos no Conselho de Administração. **5.7.** Ato seguinte, ficou consignada a alteração do Jornal no qual serão realizadas as publicações legais da Companhia, nos termos do artigo 289, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, de forma que as publicações da Companhia deixarão de ser realizadas no Jornal "Valor Econômico" e passarão a ser feitas no Jornal "Diário de Notícias", conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 26 de fevereiro de 2024. **5.8.** Autorizaram, por unanimidade, os administradores para praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa encerrou os trabalhos da Assembleia Geral, dos quais se lavrou a presente ata, sendo aprovada por unanimidade dos acionistas presentes a lavratura desta ata em forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A., a qual, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Declaro que a presente é cópia fiel extraída do original. São Paulo, 08 de abril de 2024. **Fábio William Loreti** - Secretário da Mesa. JUCESP nº 194.146/24-8 em 02/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social Consolidado - Capítulo I - Denominação, Sede, Prazo e Objeto: Artigo 1º EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.** é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404/76, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2º** - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Parágrafo Único** - Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º** - A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **Artigo 4º** - A Companhia tem por objeto: **a)** participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil e/ou no exterior; **b)** gerir ativos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; **c)** estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e **d)** prestar serviços em negócios do setor energético no Brasil e/ou no exterior. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações: Artigo 5º** - O capital social da Companhia é de R\$ 6.002.715.947,12 (seis bilhões, dois milhões, setecentos e quinze mil, novecentos e quarenta e sete reais e doze centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 545.100.118 (quinhentos e quarenta e cinco milhões, cem mil e cento e dezoito) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias. **Parágrafo Segundo** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. **Parágrafo Terceiro** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo Quarto** - As ações são escriturais e serão mantidas em conta de depósito em instituição financeira, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo o custo de transferência e averbação, assim como o serviço relativo às ações custodiadas, ser cobrado do acionista. **Parágrafo Quinto** - Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 6º** - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. **Parágrafo Único** - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado. **Artigo 7º** - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Artigo 8º** - A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas e coligadas da Companhia, direta ou indiretamente. **Capítulo III - Das Assembleias Gerais: Artigo 9º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo Primeiro** - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, representado pelo seu Presidente, por seu Vice-Presidente ou por 2 (dois) dos seus membros em conjunto, ou ainda de acordo com as demais disposições legais aplicáveis, com, no mínimo, 21 (vinte e um) dias de antecedência. **Parágrafo Segundo** - Na forma do Artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, será considerada regular, independentemente das formalidades de convocação previstas no caput deste Artigo 9º, a assembleia geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo Terceiro** - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência de ambos, por um acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Quarto** - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por seu representante legal ou por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. **Artigo 10** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco. **Capítulo IV - Da Administração - Das disposições Gerais: Artigo 11** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social. **Artigo 12** - O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado, de até 2 (dois) anos, e dos membros da Diretoria será unificado, de até 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração e os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. **Artigo 13** - A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição. **Artigo 14** - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas do Conselho de Administração e da Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Do Conselho de Administração: Artigo 15** - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, dos quais um será o seu Presidente e outro o seu Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. **Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral determinará, pelo voto da maioria dos presentes, não se computando os votos em branco, previamente à sua eleição, o número de membros do Conselho de Administração da Companhia em cada exercício. **Parágrafo Segundo** - Não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia, aquele que (i) for empregado ou ocupar cargos de administração em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. **Parágrafo Terceiro** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **Artigo 16** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 17** - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente ou por seu Vice-Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. **Parágrafo Único** - Será considerada regular, independentemente das formalidades de convocação previstas no caput deste Artigo 17, a reunião do Conselho de Administração a que comparecerem todos os seus membros. **Artigo 18** - As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício. **Parágrafo Primeiro** - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de impedimento ou ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário. **Parágrafo Segundo** - No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, este poderá nomear outro membro para representá-lo, caso em que, em se tratando de ausência temporária, o membro assim nomeado para representá-lo deverá votar nas reuniões do Conselho de Administração em seu próprio nome e em nome do membro por ele representado. A nomeação deverá

ser expressamente aceita pelo membro nomeado, bem como notificada ao Presidente do Conselho de Administração. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, ou ainda, por correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente, com prova de recebimento pelo Presidente do Conselho de Administração. **Parágrafo Terceiro** - Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral que se realizar após a caracterização da vacância do cargo. **Artigo 19** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros em exercício, computados os votos proferidos na forma do Artigo 18, Parágrafo 2º, sendo que, no caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade. **Artigo 20** - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente.

**Parágrafo Primeiro** - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do Artigo 18, Parágrafo 2º in fine deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. **Parágrafo Segundo** - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro do comércio as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. **Artigo 21** - Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando as atribuições dos seus membros e seu prazo de mandato, observadas as disposições aplicáveis deste Estatuto Social; c) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções; d) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente; e) manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária; f) estabelecer os limites e valores de alçada da Diretoria para aquisição, alienação ou oneração de direitos, bens móveis ou imóveis, incluindo participações societárias, bem como a contratação de bens e serviços, de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia em favor de terceiros e de outras obrigações pela Companhia; g) deliberar sobre qualquer negócio entre, de um lado, a Companhia e, de outro lado, quaisquer de seus acionistas diretos ou indiretos; h) escolher e destituir auditores independentes; i) deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria; j) submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital social acima do limite do capital autorizado, bem como de reforma do Estatuto Social; k) deliberar sobre a emissão, preço e condições de integralização de ações, debêntures conversíveis e bônus de subscrição, nos limites do capital autorizado, inclusive para a outorga de opção de compra de ações nos termos do Estatuto Social; l) deliberar sobre a oportunidade da emissão de debêntures, o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures a serem emitidas, a época, as condições de pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso das debêntures, se houver, bem como a época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures; m) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e demais disposições legais aplicáveis; n) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais; o) aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia; p) autorizar a emissão de títulos de dívida no mercado internacional e de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão; q) autorizar a emissão de notas promissórias (commercial papers) para distribuição pública no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão; r) propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício; s) declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais legislação aplicável; e t) dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições deste Estatuto Social. **Artigo 22** - O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá estabelecer a formação de Comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos, sendo integrados por integrantes dos órgãos de administração da Companhia ou não. **Parágrafo Único** - Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos Comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento. **Da Diretoria: Artigo 23** - A Diretoria será composta de 2 (dois) a 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes no país ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, que terão as seguintes designações: (i) Diretor Presidente e de Relação com Investidores; (ii) Diretor Financeiro; e (iii) Diretor sem designação específica. **Artigo 24** - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro** - Compete ao **Diretor Presidente e de Relação com Investidores**: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; (ii) determinar e promover a execução e implementação das políticas, estratégias, orçamentos, projetos de investimento e demais condições do plano de negócios da Companhia; (iii) coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (iv) definir a repartição de competências aos demais membros da Diretoria em relação às áreas mencionadas neste parágrafo ou em relação às áreas não especificamente mencionadas neste Estatuto, "ad referendum" do Conselho de Administração; (v) superintender todas as operações da Companhia, acompanhando seu andamento, incluindo sua governança corporativa; (vi) gerenciar e promover as políticas de segurança do trabalho e de meio-ambiente da Companhia; (vii) presidir as reuniões da Diretoria; (viii) garantir a aplicação das políticas corporativas e dos princípios de desenvolvimento sustentável em todas as atividades sob sua responsabilidade; e (ix) atuar como Diretor de Relação com Investidores representando a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, conforme legislação aplicável. **Parágrafo Segundo** - Compete ao **Diretor Financeiro**, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia; (ii) gerir as finanças consolidadas e o risco financeiro da Companhia; (iii) buscar, avaliar, propor e estruturar novas oportunidades de negócios em consonância com o planejamento estratégico da Companhia; (iv) garantir a aplicação das políticas corporativas e dos princípios de desenvolvimento sustentável em todas as atividades sob sua responsabilidade; e (v) avaliar e acompanhar políticas, estratégias e dirigir as atividades nas áreas definidas pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Terceiro** - Compete ao **Diretor sem designação específica**, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; (ii) garantir a aplicação das políticas corporativas e dos princípios de desenvolvimento sustentável em todas as atividades sob sua responsabilidade; e (iii) outras competências designadas pelo Diretor Presidente. **Artigo 25** - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois Diretores, em conjunto, sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros. **Parágrafo Primeiro** - Será considerada regular, independentemente das formalidades de convocação previstas no caput deste Artigo 25, a reunião da Diretoria a que comparecerem todos os seus membros. **Parágrafo Segundo** - No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá nomear outro Diretor para representá-lo nas reuniões, caso em que, o Diretor assim nomeado para representá-lo deverá votar nas reuniões da Diretoria em seu próprio nome e em nome do Diretor por ele representado. A nomeação deverá ser realizada mediante notificação escrita a outro Diretor da Companhia, que deverá conter claramente o nome do Diretor designado e os poderes a ele conferidos e será anexada à ata da respectiva reunião. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o Diretor poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico entregue a outro Diretor da Companhia. **Parágrafo Terceiro** - Ocorrendo vaga na Diretoria, compete aos demais Diretores indicar, entre os mesmos, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, atuando o substituído então eleito até o término do mandato da Diretoria.

**Parágrafo Quarto** - Caso a Assembleia Geral da Companhia tenha elegido apenas 2 (dois) Diretores para compor a Diretoria, em caso de renúncia, vacância ou invalidez permanente no cargo de qualquer Diretor, deverá ser convocada reunião do Conselho de Administração, na forma deste Estatuto Social, no prazo de 10 (dez) dias, para eleger um Diretor substituto. **Parágrafo Quinto** - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente. **Parágrafo Sexto** - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Artigo 26, Parágrafo 2º in fine deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 26** - As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião ou que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 26, Parágrafo Primeiro, sendo que, no caso de empate, caberá ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 27** - A Companhia considerará-se-á obrigada quando representada: **a)** por 2 (dois) Diretores em conjunto; **b)** por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído; **c)** por 2 (dois) procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos; e **d)** por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, nesse caso exclusivamente para a prática de atos específicos. **Parágrafo Primeiro** - As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por 2 (dois) Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e salvo aquelas previstas no parágrafo segundo deste artigo, terão período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano. **Parágrafo Segundo** - As procurações para fins judiciais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e aquelas outorgadas para fins de cumprimento de cláusula contratual poderão ser outorgadas pelo prazo de validade do contrato a que estiverem vinculadas. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal: Artigo 28** - A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. Quando de seu funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação. **Capítulo VI - Do Exercício Social, Lucros e Dividendos: Artigo 29** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável. **Artigo 30** - O lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação: (a) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (b) a parcela correspondente a, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, I, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório; e (c) o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste Artigo, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de acionistas com base na proposta da administração, conforme o disposto nos Artigo 176, parágrafo 3º e 196 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as disposições contidas no Artigo 134, parágrafo 4º da referida Lei. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas. **Parágrafo Único** - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, preservarão em benefício da Companhia. **Artigo 31** - A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base nelas declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares. Os dividendos intermediários e intercalares previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 32** - A Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo Único** - Revertem em favor da Companhia os juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas. **Capítulo VII - Da Liquidação: Artigo 33** - A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação. **Capítulo VIII - Das Disposições Gerais: Artigo 34** - Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a solução de dúvidas ou controvérsias oriundas deste Estatuto Social. São Paulo, 08 de abril de 2024. **Fábio William Loreti** - Secretário da Mesa.

